

O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a ‘História da Formação Territorial do Brasil’ e sua articulação com a ‘História da Cartografia brasileira’

The model and the portrait: Jaime Cortesão and the articulation of the ‘Historical Formation of Brazil’ with the ‘History of Brazilian Cartography’

Renato Amado Peixoto

renatoamadopeixoto@gmail.com

Professor Associado

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

BR 101 - Km 01, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Sala 222,

Campus Universitário - Lagoa Nova

59078-970 - Natal - Rio Grande do Norte

Brasil

Resumo

Os estudos da contribuição de Jaime Cortesão à historiografia brasileira sempre deram pouca importância a sua participação nos projetos de Estado e numa produção historiográfica ligada a este. Neste artigo, procuramos discernir sua contribuição à ‘Formação Histórica do Brasil’ como uma tomada de posição, no metajogo historiográfico português e brasileiro, e na relação com os interesses nacionais. Entendemos que esta ‘metaestratégia’ foi bem sucedida porque os insumos de seu trabalho, especialmente a cartografia, já faziam parte da ‘metalógica’ da historiografia brasileira e, por causa de ter dirigido seus interesses, gradualmente, a um ‘circuito de expressão’, que prestigiou e alavancou a sua obra.

46

Palavras-chave

Desconstrucionismo; História da Formação histórica; Cartografia.

Abstract

The studies of the Jaime Cortesão’s contribution to Brazilian historiography have always given little importance to their participation in State projects and in a historiography linked to the State. In this article, we seek to discern his contribution to the ‘Historical Formation of Brazil’ as a position in the Portuguese and Brazilian historiographical ‘metagame’ and in relation to national interests. We understand that this ‘meta strategy’ was successful because the inputs of their work, especially cartography, were already part of the metalogic of Brazilian historiography and for having directed his interests gradually to a ‘circuit of expression’, which bestowed prestige to him and his work.

Keywords

Deconstructionism; Historical formation; Cartography.

Recebido em: 15/5/2015

Aprovado em: 28/12/2015

Ensinar o Brasil aos próprios brasileiros e conscientizá-los de sua nobilíssima ascendência portuguesa: era assim que o ministro Oswaldo Aranha definia em 1943, para o seletto público que lotava a sala de conferências do Palácio Itamaraty, não apenas o esforço de Jaime Cortesão em torno da cartografia, mas também as atividades de Afrânio Peixoto à frente do Instituto de Estudos Portugueses (CONFERÊNCIAS 1943). Iniciava-se assim uma apreciação da *História da Formação Territorial do Brasil* que, em grande medida, ainda tem impacto e está disseminada na historiografia, e é em relação a isso, que gostaria de colocar alguns argumentos.

O esforço de Cortesão no Brasil deve ser pensado a partir da sua integração na empreitada dos intelectuais portugueses reunidos em torno da revista *Seara Nova* a partir da década de 1920. Entendemos, grosso modo, que os *seareiros* constituíram uma estratégia de reforma cultural e política que, em vez da ruptura com o passado monárquico, guiava-se pela sua reativação e, nesse sentido, a criação do Brasil foi colocada, pouco a pouco, como a glória maior desse legado (MIRANDA 2009). Observe-se que suas maiores contribuições à historiografia antes do exílio no Brasil, em 1940, foram, justamente, a enunciação das teses de que Portugal não teria vivido um período de decadência no século XVIII, mas de renascimento nacional e que por detrás dos descobrimentos portugueses havia um empreendimento de Estado, uma política longamente urdida e planejada. Esses trabalhos foram publicados pouco antes de sua vinda para o Brasil, e o seu famoso trabalho *A Geografia e a Economia da Restauração*, foi cuidadosamente revisto e propositalmente ampliado durante o período em que esteve preso em Portugal à espera do embarque, provavelmente visando à audiência brasileira (CORTESÃO 1987).

Não se pode ainda descurar que a divulgação e a disseminação da obra e da memória de Jaime Cortesão também foram sustentadas pela aura heroica e romântica que o acompanhou, e para a qual ele mesmo contribuiu com um exercício político contínuo e por meio de publicações autobiográficas. Lutador voluntário, serviu como capitão-médico na Primeira Guerra Mundial, sendo ferido pelo ataque de armas químicas no terrível fronte de Ypres, onde o Corpo Expedicionário Português foi praticamente aniquilado. Admirado como revolucionário, lutou pela derrocada da Monarquia em Portugal, para depois participar do levante fracassado a favor da democracia e contra a ditadura de Carmona em 1927, perdendo seu cargo de diretor da Biblioteca Nacional, para se exilar na Espanha. Nesse país, enfileirou na Guerra Civil contra os partidários de Franco, atravessando a fronteira francesa somente nos derradeiros dias da luta, com seus manuscritos debaixo do braço, apenas para ter de fugir novamente, desta vez dos nazistas. Mantido, a partir de então, como preso político em Portugal, acabou banido, sofrendo por assistir sua sina ser estendida à filha Maria Judith, para enfrentar mais uma vez o exílio, desta vez por longos dezessete anos. Historiador e literato afamado, tão logo chegou ao Brasil foi apresentado publicamente por Manoel Bandeira como o maior poeta português vivo.

Somado a tudo isso, um trabalho contínuo como pedagogo e pesquisador, que tem servido não apenas para provar o altruísmo de Jaime Cortesão, mas

também para sinalizar sua dedicação ao Brasil e reforçar a colaboração lusitana para a constituição da brasilidade, a ponto de uma das suas frases, “Amar e servir ao Brasil é uma das melhores formas de ser português”, praticamente ter se tornado o seu epitáfio.

Entretanto, penso que a inserção de Cortesão no Instituto Rio Branco (IRB) não se deveu apenas à sua tomada de posição no metajogo¹ historiográfico português e brasileiro, mas porque os insumos cartográficos já eram metalógicos para a produção historiográfica brasileira desde o século XIX. E entendo que sua incorporação no esforço diplomático brasileiro visava a recuperação, organização e aumento do corpus cartográfico reunido pelos agentes diplomáticos do Brasil, especialmente Duarte da Ponte Ribeiro, sob a demanda do Ministério das Relações Exteriores – MRE (PEIXOTO 2005; PEIXOTO 2014a).

A cartografia ganhava grande impulso com a Segunda Guerra Mundial, e o IRB surgia da pretensão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em forjar, então, uma instituição acadêmica voltada para a pesquisa e a formação continuada de diplomatas. Essa formação se constituía no bojo da discussão que iniciaria a separação do ensino de geografia e o da história nas universidades (PEIXOTO 2014).

Armando Cortesão, o irmão de Jaime, havia sido, justamente, um dos principais sustentadores e divulgadores da pretensão lusitana de que o termo “cartografia” fora inventado pelo Visconde de Santarém no século XIX. Essa colocação se dera em seu livro *Cartografia e Cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, publicado pela editora da revista Seara Nova (CORTESSÃO 1935). Nessa obra em que se buscava apontar e descrever o esforço e as contribuições dos lusitanos à cartografia, Armando endossava a opinião do militar e historiador Vicente Almeida d’Eça, de que Santarém havia sido o primeiro crítico da cartografia e o inventor do próprio termo em 1839, durante a discussão travada com Varnhagen a respeito das viagens de Américo Vespúcio (EÇA 1906).

Com essa posição, Armando não apenas destaca o papel do Visconde de Santarém no desenvolvimento da cartografia, mas insere seu esforço em defesa das posições ultramarinas portuguesas no séc. XIX, no endosso da ideia do contínuo protagonismo português no campo, que se inicia antes mesmo dos descobrimentos portugueses, resultando, desde 1935, no sucesso, quase sem contestação internacional, da tese da invenção do termo “cartografia” pelo Visconde.

Santarém fora uma referência quase que contínua para a diplomacia brasileira no séc. XIX, e é possível reconhecer uma partilha de interesses e de tarefas entre o MRE e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde 1838, capaz de viabilizar uma fabricação continuada da identidade e da espacialidade brasileiras, consolidar a atuação do Estado, e as posições dos

¹ Penso o termo “metajogo” por meio do conceito derridiano de Cena, aplicado ao campo, com a preocupação de pensá-lo enquanto jogo *do* mundo e jogo *no* mundo, compreender os poderes envolvidos nos jogos e, a sua relação com uma analítica da historicidade (PEIXOTO 2014a; 2014b). Trabalhando o conceito derridiano como uma reativação das conceituações articuladas por Nietzsche a partir de Schopenhauer e, antes destes, por Reid e Stewart na inauguração da Escola Escocesa do Senso Comum (GUYER 2012), procuro adaptar a estes a ideia de Nigel Howard (HOWARD 1971), desenvolvida a partir de uma recomendação marginal da ‘Teoria dos Jogos’ (NEUMANN 1953).

diplomatas e dos historiadores reunidos no entorno do Instituto (PEIXOTO 2005; GUIMARÃES 2011). Esses interesses se encadearam aos do governo de Portugal, pelo menos, desde 1940, nos Ministérios das Colônias e da Educação Nacional (PEIXOTO 2014a). Refletindo essa convergência e, provavelmente, convergindo numa apreciação da obra de Jaime Cortesão que se alinhava à estratégia seareira de reativação do passado monárquico português, a Seara Nova publicaria em 1952 uma edição em homenagem a Cortesão, onde se cristalizava formalmente a sua atual apreciação historiográfica, note-se, sob o crivo dos censores salazaristas.

A par com isto, entendo que o investimento de Jaime Cortesão no constructo pedagógico e histórico da *Formação Territorial do Brasil*, menos inventou que alinhou e adensou criativamente um viés historiográfico já existente, prosseguindo a tarefa que já vinha sendo desempenhada por outros intelectuais e instituições. Assim, Cortesão se integrou na metalógica da historiografia brasileira e operou, simultaneamente, no metajogo historiográfico brasileiro e português. Devo frisar que esta visada em nada desmerece a avaliação do historiador Jaime Cortesão e, pelo contrário, o sustenta, no primeiro plano da historiografia luso-brasileira, no diálogo com a historiografia portuguesa.

O retrato do Brasil

A fala de Oswaldo Aranha se deu logo ao encerramento da primeira de três lições que estavam subordinadas por Cortesão ao título geral de “Como se esboçou o retrato do Brasil – estudo de cartografia dos primeiros séculos”, proferidas simultaneamente à mostra dos mapas que haviam sido adquiridos durante a administração do Ministro e que foi denominada “Exposição de Cartografia Histórica do Brasil”.

Na primeira lição, depois de dissertar sobre a cartografia e a preeminência dos portugueses nessa técnica, Cortesão mostrou um modelo – o Brasil – por meio de uma síntese de sua formação histórica, em que “apresentou a cultura tupi-guarani, fruto de suas migrações que deram a volta ao território nacional”, avisando que por esse modelo seria feito “nas duas palestras seguintes e diante da “Exposição de Cartografia” – o retrato. Na segunda lição, definiu a cartografia enquanto instrumento da política geográfica, auxiliar da geografia política e documento de história geográfica, cuidando da diferenciação entre a “insularidade teórica” e a “realizada pela integração territorial”, para poder explicar a importância do Atlas dos Teixeiras, recentemente adquirido por Oswaldo Aranha, e a “concepção genial do Tratado de Madri e do Mapa das Cortes” por Alexandre de Gusmão. Na última lição, descreveu a vida heroica dos demarcadores dos tratados do século XVIII e terminou apontando Duarte da Ponte Ribeiro e o Barão do Rio Branco como os continuadores da obra de Gusmão.

Pelo exame do roteiro das lições, podemos inferir que a apreciação de Oswaldo Aranha estava voltada para a síntese da formação territorial, assim como o exercício de Cortesão sobre os mapas direcionava-se por uma pauta, a de justificar a importância dos materiais cartográficos adquiridos recentemente pelo MRE, correlacionando sucessivos recortes da história da formação territorial

a certos mapas exibidos na Exposição para apontar o papel destacado que havia cabido aos diplomatas nessa trama.

Se o argumento da inserção do esforço brasileiro de Cortesão na grade da evolução contínua e coerente do seu percurso intelectual se torna eficaz por conta da junção, num *continuum*, dos cursos de História da Cartografia aos de História da Formação Territorial, um exame rápido das lições dos cursos permite ao investigador observar que o próprio Cortesão inteligiu dois constructos diferentes, mas interligados, já em meados de 1943. Isto se dava antes, portanto, de Cortesão lecionar seu curso de História da Cartografia e, muito antes de lecionar os seus cursos de História da Formação Territorial. Não menos importante, deve-se fazer notar que Cortesão os fazia interagir exatamente na ordem inversa: primeiro, a História da Formação Territorial – o modelo, depois, a História da Cartografia – o retrato.

Uma das razões para isso é que os cursos não apenas se articulavam com os esforços do Estado brasileiro, mas se inseriram numa metarracionalidade historiográfica que vinha sendo estimulada continuamente, pelo menos, desde a primeira década de 1900. A formulação de uma História da Formação Territorial refletiu o instável e complicado contexto das relações no cenário pan-americano e internacional antes e depois da Guerra Fria, bem como as convulsões e mutações da política interna e serviu, simultaneamente, à recomposição da agenda do Brasil nas relações internacionais e ao resgate do papel dos diplomatas na sociedade, por meio da reativação de sua participação na invenção da Nação e na organização do Estado.

50

Penso que somente por essa visada é que se pode explicar o verdadeiro paradoxo de Jaime Cortesão: mesmo tendo sido repelidas por parte da academia – como, por exemplo, na célebre contenda com Sérgio Buarque de Holanda –, suas teses estão fixadas no ensino mais elementar da história brasileira e lastreiam o *ethos* corporativo das Forças Armadas e da Diplomacia; mesmo tendo sido incorporadas às demandas do Estado, suas ideias foram capazes de gerar metadescendentes² tanto à direita quanto à esquerda, note-se, mesmo no auge da Ditadura Militar.

A história do Brasil nos velhos mapas

A obra *História do Brasil nos Velhos Mapas* é destacada como a síntese de suas investigações, coroando o empreendimento no Brasil, contudo, ao examinarmos esta obra por meio de uma analítica do metajogo [raciocinação]³ em vez do progresso dos cursos lecionados no MRE, se apresentam os traços

² A ideia de metadescendência serve para trabalhar a emergência da regionalização da história e de uma questão filosófica da pureza desta região, visando produzir a distinção entre uma analítica da historicidade transcendental e uma analítica empírica ou factual. Este problema foi colocado por Derrida em relação à filosofia e à dificuldade do projeto da fenomenologia husserliana em efetivar um *telos* circular de toda metafísica (COLEBROOK 2010). Explorando a abordagem de Hopkins e Kates, penso que a tensão em torno do problema da linguagem e da representação, que separa Derrida de Jacob Klein em relação a Husserl, importa para apreciarmos o papel do jogo e da encenação na delimitação da interpretação (KATES 2008; HOPKINS 2005; 2011).

³ Em relação à raciocinação, há que se considerar a sugestão de Derrida, inspirada nos escritos de Edgar Allan Poe, para se buscar uma analítica crítica não-regular, de modo a se poder enfrentar o problema das aporias colocadas pela regionalização dos campos.

que permitem perscrutar a atuação de Cortesão bem como as demandas do Estado e da corporação diplomática sedimentadas nos conteúdos da Formação Territorial e nas reativações das figuras de Rio Branco e de Gusmão.

O derradeiro capítulo do seu Tomo II, publicado em 1971, mas escrito entre 1951 e 1952, chama-se “Rio Branco, Rui Barbosa e o Tratado de Petrópolis” e consiste numa comparação entre as atuações do Barão do Rio Branco e de Rui Barbosa durante a Questão do Acre. É um texto que deveria soar estranho aos seus leitores no século XXI, sequiosos por ali encontrar a conclusão das longas e penosas investigações dos meandros da cartografia e da história coloniais realizadas por Cortesão. Contudo, já em seu início se apresentam as credenciais do Barão: ele havia enfrentado e vencido ninguém menos que Paul Vidal de La Blache, o renovador da Geografia, na questão do Amapá e, com isso, dado o golpe de morte no Imperialismo francês.

Prossegue-se mostrando que Rui Barbosa, o “defensor do direito dos pequenos povos”, havia assumido na Questão do Acre a atitude de um patriotismo intransigente e apaixonado, que o levava a cometer vários erros de avaliação. Rio Branco, por sua vez, pensara a partir de uma consciência americana, munido de profundo conhecimento histórico e geográfico, muito além de Rui e “do horizonte enevado do seu nacionalismo”, pois aquela consciência, era parte da tradição genuinamente brasileira do Liberalismo, que empolgava a tolerância e a justiça internacional, um patrimônio herdado do Visconde do Rio Branco.

Cortesão deixava claro que via a razão, “qualidade mestra do espírito do Barão”, não apenas como a antítese do idealismo de Rui Barbosa, descrito com um apóstolo, um pregador, mas como “a razão serena e clara que tudo vê, tudo mede e tudo pesa [...] tudo o que é visível e mensurável”, pois o Barão “possuía a previsão intuitiva, que chega até onde a razão não vai e enxerga as possibilidades da consciência coletiva”, o que lhe permitia “julgar da oportunidade de certos atos e decisões” (CORTESÃO 1971).

Prosseguia, comparando o estilo da escrita de Rui – opulento, veemente, arrebatado – ao de Rio Branco – impessoal, isento de emoção e alheio a todos os artifícios, para poder apontar suas essências: o estilo de Rui retratava o artista, o do Barão retratava “a elegância suprema do negociador; a serenidade olímpica que se alimenta de si própria, alheia a todos aos artifícios, nua e intrépida, na consciência da razão e do dever cumprido” (CORTESÃO 1971).

Finalizando, Cortesão afirma que não haveria melhor lição para os jovens diplomatas brasileiros, pois Rio Branco conseguira, com seus predicados, “ratificar, corrigir e ampliar a obra de Gusmão”, em obediência aos princípios enunciados por este no passado (CORTESÃO 1971).

O Ponto XXII

O derradeiro capítulo da obra capital de Cortesão não foi concebido como o fecho de um livro, mas para um jornal carioca em 1943. Esse artigo, nomeado apenas *Rio Branco e Rui Barbosa* foi, por sua vez, transformado em 1948 no Ponto XXII, de *História da formação territorial do Brasil*, que substituíra todo o conteúdo sobre Rio Branco (CORTESÃO 1943; 1948a; s/d).

Para que possa avançar nesta raciocinação, há que se observar que uma diferença fundamental separava a “Formação Territorial” da “História da Cartografia”: enquanto o segundo havia sido disponibilizado para os funcionários públicos em geral, o primeiro era ministrado apenas para os diplomatas de carreira, por conta da mudança no caráter do IRB que, em 1946, havia passado a se encarregar tanto da seleção dos candidatos a diplomacia quanto da formação dos seus aprovados, passando a cuidar que a ascensão funcional dos seus quadros se desse a partir da standardização dos conhecimentos e habilidades.

Duas grades curriculares foram então criadas no IRB para substituir a estrutura anterior: o Curso de Formação de Diplomatas, que exigia apenas o certificado de conclusão do curso secundário ou equivalente aos seus inscritos; e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, restrito à carreira diplomática. Indiretamente, essa nova estrutura atendia aos antigos reclames de Cortesão que, em face do baixíssimo índice de aprovação do curso de História da Cartografia, já havia sugerido que o IRB limitasse a quantidade de alunos e os selecionasse melhor. De sua parte, já havia tomado a iniciativa de tomar a Cartografia Política como base do curso em 1946, antes mesmo da mudança na estrutura do IRB, de modo a condensar e simplificar seus conteúdos (PEIXOTO 2014a).

O fato é que a partir de 1946 Cortesão passou a lecionar para diplomatas já adiantados na carreira, mas muitos deles admitidos sem concurso algum. Os conteúdos do seu curso tinham, por conseguinte, de ser trabalhados a partir da contingência de que a aprovação nessa disciplina se tornara pré-requisito para a ascensão funcional e ainda tinha de servir à standardização do corpo diplomático. Como o curso estava integrado ao projeto acadêmico idealizado por Jorge Latour para o IRB, também havia de ser adaptado à necessidade de produção de um material que tivesse interesse para a Academia e, ao mesmo tempo, aproveitamento para a corporação diplomática.

Considerando que o Ponto XXII é praticamente idêntico ao fecho de *História do Brasil nos Velhos Mapas*, mas que ambos os textos diferem do artigo de 1943 em estrutura e conteúdo, entendo que o exame dessas diferenças nos permitirá avançar na sua raciocinação. Cortesão fez diversas modificações no texto de 1943 para que funcionasse pedagogicamente no curso de 1948: trocou sua introdução, abandonou a conclusão e alterou ligeiramente algumas passagens, tudo de modo a inseri-lo melhor no modelo retórico do encômio.

Nesse sentido, a introdução da lição de 1948 incorpora a Questão do Amapá, apenas para bem colocar a vitória sobre seus adversários, daí prosseguindo pela descrição das origens do Barão e, ao lançar mão do exame da Questão do Acre, compara-o favoravelmente a um oponente, para alavancar a conclusão em que exorta os diplomatas à emulação de Rio Branco.

É possível depreender que essa transformação se devia ao problema ter de atender a uma nova audiência, mas se torna difícil explicar sua *aporía*, a autêntica subversão que era, na década de 1940, a desclassificação para os diplomatas, *crème de la crème* da elite brasileira, daquele que fora aclamado pelo domínio da arte da retórica e, reconhecido pelo cognome “Águia de Haia”, exatamente pelo seu desempenho na diplomacia.

O artigo de 1943

Na introdução do texto de 1943, Cortesão afirma que iria interromper momentaneamente a publicação da sua série "Introdução à história das Bandeiras" para homenagear o homem que deu epílogo e remate àquela história – o Barão do Rio Branco – e ligava esse preito à publicação pelo MRE das *Exposições de motivos sobre os Tratados de Limites*.

É necessário frisar dois pontos implícitos na decisão do lusitano: primeiro, indicava-se o endosso de uma visada da *História da Formação Territorial*, focada na configuração das fronteiras e que articulava sua explicação por meio de um exame da atuação dos bandeirantes e do arremate de Rio Branco. Segundo, decididamente escolhia-se trabalhar, como caso de estudo da delimitação das fronteiras, a Questão do Acre em vez da Questão de Palmas, decisão difícil e inaudita que, inclusive, não se coaduna com a apreciação historiográfica atual, que estressa o protagonismo de Gusmão e a importância do Mapa das Cortes.

Penso que essa decisão era metaestratégica para Cortesão na medida em que lhe permitia se aproximar mais do circuito de expressão⁴ no qual se inseria então a produção historiográfica sobre a Formação Histórica, para poder apontar, por meio da Questão do Acre, que se poderia "mais clara e facilmente dar-nos conta de que, para vencer ele, dispunha, na verdade, de uma clarividência especial", citando implicitamente a relevância da Geopolítica (CORTESÃO 1943).

Observe-se que o texto "Rio Branco e Rui Barbosa" foi publicado pouco depois de "Como se esboçou o retrato do Brasil", e que a "Introdução à história das Bandeiras" é uma continuação desse raciocínio, empregando a mesma imagem do modelo e do retrato. A diferença é que se oferece um epílogo à feitura, por Gusmão, da pintura que é o Brasil, trabalhando a compreensão de que o quadro fora retocado por Rio Branco, seguindo as diretrizes do Mestre: o *uti possidetis* e os limites naturais.

O nexos da junção de Gusmão com Rio Branco foi constituído, extratextualmente, mas, também, metalogicamente, se observarmos que o nexos é feito na Exposição de Cartografia Histórica do Brasil e numa das lições de "Como se esboçou o retrato do Brasil", pela ligação entre o Mapa das Cortes e Gusmão, afinal, a imagem do modelo e do retrato funcionava exatamente por causa da metaforização da cartografia na pintura. Note-se que essa junção metalógica continuaria funcionando na explicação da Formação Territorial mesmo depois que esse nexos fosse transformado, diminuído ou mesmo elidido, por outros autores.

É importante colocar também que o texto de 1943 explicita, pela primeira vez, a ideia de que a atuação de Rio Branco não apenas completava, mas se conjugava à de Gusmão, de modo a poder explicar a natureza pacífica, conciliatória e pan-americanista que imbuíu a *História da Formação do Brasil*

⁴ Penso o conceito de "circuito de expressão", enquanto pertencente à tensão de desenvolvimento da desconstrução e no afastamento entre Derrida e Husserl, em *La Voix et le phénomène*. No uso do conceito é introduzida aí a ideia de voz fenomenológica para elucidar como o circuito de expressão pode continuar a funcionar mesmo quando se estende para alguma forma de linguagem ou de signo que o termo *ausdruck* [expressão] era utilizado por Husserl, grosso modo, na geração do sentido (KATES 2005).

e, de modo a se conseguir articular, através dessa ideia, a importância dos diplomatas na formação da Nação e da brasilidade.

Para que se explique isto, é necessário frisar que o sucesso da incorporação de Cortesão a várias instituições geográficas e históricas brasileiras na década de 1940 muito se deveu à inserção de suas ideias num circuito de expressão em que diversas ideias e operações historiográficas entravam em confluxo.

O centenário de Rio Branco

Penso que o principal problema neste ponto da raciocinação não é compreender porque Cortesão foi o primeiro a correlacionar coerentemente a atuação de Rio Branco com a de Gusmão, mas entender o porquê da atuação do primeiro praticamente não ter relevância para os historiadores da Formação Territorial, enquanto que o segundo estava no centro de suas formulações, mesmo que a produção sobre Gusmão, o *Tratado de Madri* e o *Mapa das Cortes* fosse insignificante e, ao contrário, muitas análises e textos sobre Rio Branco já tivessem sido publicados.

Nesse ponto, é importante dizer, não estamos enveredando por uma análise que questionaria a autoria e o estatuto da verdade na relação entre evento, verdade e memória, e nem procurando distinguir entre pensamento e memória, especialmente no que toca ao *Mapa das Cortes*, mas, como já o fizemos no caso do *Tratado de Madri*, me interessando pelo modo de se tentar pensar ou de se lembrar do evento como verdadeiro (PEIXOTO 2005; 2011).

54

Penso que uma das saídas para o problema seria examinar os escritos de Cortesão anteriores ao texto de 1943 para entender como buscavam se inserir no circuito de expressão. Examinando-se a série de cinco artigos sobre Gusmão publicados em 1942 no jornal *A Manhã*, pode-se notar que Cortesão se refere à "intuição genial" de Gusmão buscando remeter esse predicado a uma observação privilegiada da correlação entre o espaço, a história e a política, portanto constituindo uma metáfora da geopolítica, a qual, por sua vez, é o núcleo de uma rede de outras metáforas. Um destes artigos nomeado, sintomaticamente, como "Alexandre de Gusmão – o genial precursor do *panamericanismo científico*" [grifo meu] é exemplar para este exame: aqui, as expressões "pai da diplomacia brasileira" e "o diplomata brasileiro", são utilizadas para enfatizar um esforço extraordinário, e pretérito, em prol da Nação (CORTESÃO 1942). Pode-se então apontar que a correlação entre as atuações de Rio Branco e Gusmão em 1943 foi constituída pela atribuição a Rio Branco das mesmas capacidades intelectuais inatas e do esforço super-humano que já haviam sido atribuídos antes a Gusmão.

Penso, por conta disso, que o deslocamento nos escritos de Cortesão das atribuições de Gusmão para Rio Branco deve ser pensado a partir de sua *diferência* e que devemos buscar as cadeias de significados que possibilitariam a Cortesão inscrever essa correlação e, simultaneamente, se inserir no circuito de expressão.

O melhor balanço da produção historiográfica sobre Rio Branco até o centenário de seu nascimento foi escrito por Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt para a Revista do IHGB, e este não fez menção à junção da figura do Barão com

a de Gusmão, embora saibamos que alguns intelectuais, dentre eles, Gustavo Barroso, já houvessem sugerido essa ilação.

Bittencourt aponta que os historiadores haviam procurado explicar Rio Branco, enquanto um marco da República no Brasil, e que o seu passado monarquista vinha sendo recuperado como um exemplo do entendimento entre os vencidos e os vencedores, especialmente os militares.

A grande virtude enxergada no Rio Branco estadista era o despreço à política, com a recondução da diplomacia brasileira aos valores sólidos e graves que a haviam norteados no Segundo Reinado, fora da competição partidária e da caudilhagem, permitindo ao país sair ileso da investida imperialista, isolando os que defendiam os interesses estrangeiros. Além disso, se salientava que Rio Branco havia recuperado a tradição de se constituir uma linhagem de técnicos e especialistas no Itamaraty, alheia ao favoritismo político e capaz de representar dignamente a cultura e a civilização do país no exterior.

Contudo, segundo Bittencourt, mesmo os predicados de Rio Branco foram acompanhados pelo apontamento minucioso de seus defeitos: o desregramento boêmio da juventude e a glotonaria da velhice; a falta de inteligência política e de criatividade na condução das coisas do Estado; o despreço pelo sistema federativo e a criação de uma política de favoritismo no MRE.

Bittencourt lembra também que muitos consideravam Rio Branco apenas um grande advogado, feliz, hábil e que sua ascensão na República se deveria mais à sorte que às suas virtudes, inclusive, havendo-se cunhado um dito para dar conta dessa sugestão: "Este cartógrafo feliz!" (BITTENCOURT 1945, p. 51).

Na mesma linha, Tavares de Lira, o presidente da Comissão Organizadora do Centenário no IHGB, descreveu Rio Branco como um homem de estado exemplar, mas um diplomata à altura de sua época e, acima de tudo, um prático que, dotado de visão clara e descortino seguro, servira incansavelmente ao Brasil (LIRA 1943).

Antes disso, duas resenhas publicadas no jornal *A Manhã* seguiam um tom parecido, apresentando Rio Branco como um homem sem grande brilho: José Lins do Rego escreveu que "a geografia e a história não lhe abalaram o senso prático, a maneira de ver as coisas, sem imagens. [...] Tudo o que escreveu é seco, duro, sem grandeza" (REGO 1942). Gustavo Barroso ombrearia Duarte da Ponte Ribeiro, Gusmão e Rio Branco, enquanto os realizadores políticos da penetração jesuítica e bandeirante, muito embora se referisse ao Barão pelo cognome de "Deus-Terminus de nossas fronteiras", o avaliou num tom menor que o dos outros dois, enxergando-o apenas como o fecho de uma obra que, iniciada por Gusmão, fora empolgada por Ponte Ribeiro – o Fronteiro-Mor (BARROSO 1942).

Por conseguinte, pode-se depreender que em 1943 Cortesão discrepa das apreciações de Rio Branco, mas que a série de 1942 sobre Gusmão segue a mesma linha dos autores coevos.

Pode-se seguramente tomar a entrevista de Rodrigo Octávio ao jornal *A Manhã*, em 1942, como guia de nossa raciocinação: Gusmão era exaltado exatamente pela sua genialidade, apontado como o predecessor de James Monroe

e Simón Bolívar, precursor do pan-americanismo e da política da boa vizinhança. Referido pelo cognome de "Brasílico", apontava-se em Gusmão um brasileiro antes da Nação e, para realçar esta última atribuição, explicava-se que o apodo fora atribuído a ele pelos opositores do Tratado de Madri (OCTÁVIO 1942).

Por conseguinte, entendo que a correlação entre Gusmão e Rio Branco no texto de 1943 constitui uma *aporia*, não apenas consideradas as apreciações na época, mas também a série de 1942, se observado que esta sequer dá margem para se pensar a reviravolta de 1943.

Note-se que o reposicionamento abrupto de Cortesão surpreende até mesmo Bittencourt que, ao final de seu balanço, transformou o apodo "Cartógrafo Feliz", dizendo se alegrar em poder dizer que "alguém versado na ciência de interpretar e estudar os mapas" reconhecia na utilização dos mapas por Rio Branco "a argúcia do pensador de visão profunda e ampla [...] a ponto de dizer que está interessado em escrever um livro sobre o estadista brasileiro" (1945, p. 60).

É necessário colocar que tal livro jamais foi escrito, assim como também não foi publicado o artigo "A influência dos trabalhos do Barão do Rio Branco sobre a cartografia no Brasil" prometido por Cortesão à Revista da Sociedade Brasileira de Geografia, em 1946. Devemos interpretar o texto de 1943 como uma anomalia, ou mais, como uma exceção na obra de Cortesão?

Acredito que, consideradas suas aporias, seria melhor seguir pensando o texto de 1943 enquanto pertencente a um confluxo de ideias diferente daquele que o levou a escrever a série de 1942 e que a investigação do seu regime de produção nos ajudaria a dirimir essa questão.

56

A Segunda Guerra e Gusmão

No começo da entrevista concedida por Rodrigo Octávio a Cassiano Ricardo, diretor do jornal *A Manhã*, se coloca que duas enquetes vinham sendo promovidas entre os historiadores, uma "relativa às lutas contra os invasores do nosso território, em várias épocas, notadamente a dos holandeses"; outra, "referente a Alexandre de Gusmão, o verdadeiro precursor do pan-americanismo" (OCTÁVIO 1942).

Os objetivos da enquete deixam claro o caráter da entrevista e, observadas as mesmas características na série de 1942, permite-se colocar que estava incorporada a uma *suíte de reportagens* agendadas diretamente por Cassiano, autor do livro *Marcha para Oeste* de 1940, em que, grosso modo, procurava explicar a interiorização e a formação racial, social e política do Brasil equiparando as Bandeiras às iniciativas e ao regime instituído no Estado Novo.

A abordagem feita a Rodrigo Octávio e o caráter mesmo da *suíte* em que ela se inseria, permite apontar que a enquete sobre Gusmão estava correlacionada à enquete sobre os invasores estrangeiros, implicando seu regime de produção, pois o próprio noticiário de *A Manhã* nos aponta que, discorrer sobre a luta contra os invasores europeus, tinha a ver com a perspectiva da entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos aliados, contra a Alemanha Nazista e a favor da democracia.

Para Cassiano, fora Gusmão quem dera conformação jurídica à obra dos bandeirantes e que vira "de fora, como brasileiro nato, Portugal" (RICARDO

1970). Portanto, era neste confluxo que Gusmão, o Estado Novo e a entrada do Brasil na Segunda Guerra, vinham sendo pensados por ele e seus convidados, Gustavo Barroso e Pedro Calmon à frente.

O que Cassiano perseguia na suíte sobre Gusmão, portanto, não era exatamente sua exaltação como coadjuvante dos bandeirantes, nos moldes preconizados em *Marcha para Oeste*, mas divulgar a ideia de que consubstanciação do pan-americanismo havia cabido a um brasileiro, e esta se conciliava com o molde do nacionalismo estadonovista. Essa ideia se arvorava na invenção de que a Formação Territorial fora desenhada por Gusmão visando à criação de uma Nação satisfeita territorialmente e desejosa da confraternização americana. Note-se que essa invenção era então importante, tanto para empolgar, interna e externamente, a relação com os Estados Unidos quanto para amenizar as desconfianças dos países vizinhos, especialmente a Argentina.

Contudo, considerando que a enquete possuía objetivos pontuais, como explicar que a avaliação historiográfica de Gusmão tivesse se cristalizado tão fortemente, inclusive, a ponto de influenciar a produção sobre Rio Branco no momento mesmo em que se preparavam as comemorações do seu centenário?

A direção desta raciocinação nos é antecipada por Cassiano Ricardo, que fez questão de apontar na reportagem com Rodrigo Octávio que seu entrevistado falava “com a autoridade que todos os brasileiros lhe reconhecem – de que foi [...] o primeiro que agitou [...] o sentido americanista de Alexandre de Gusmão” (OCTÁVIO 1942).

Verificada a produção intelectual de Rodrigo Octávio e os diálogos que encetou, pode-se apontar, com certeza, que a avaliação de Gusmão começou a emergir no âmbito do IHGB por volta de 1926, ganhou força a partir de 1928 e se cristalizou em 1930, recebendo a adesão e contribuição de outros historiadores como Pandiá Calógeras, Basílio de Magalhães e Pedro Calmon no decorrer da década. Entretanto, verifica-se também que ela se envolve numa questão de Estado mais antiga, desvelando outra sedimentação e outro regime de produção e, mais uma vez, outro Rio Branco, nos permitindo explicar porque Cortesão preferiu constituir a correlação entre Rio Branco e Gusmão a partir da Questão do Amapá, e o comparando a Rui Barbosa na Questão do Acre.

57

O pan-americanismo e Gusmão

Visando comemorar o centenário do Reconhecimento da Independência em 1924 e, ao mesmo tempo, exaltar a participação de um dos primeiros sócios do IHGB – José Silvestre Rebello – o Instituto nomeou Rodrigo Octávio de Langgaard Meneses para essa tarefa. Rodrigo Octávio era então Consultor-Geral da República e já havia sido designado plenipotenciário do Brasil em várias ocasiões, como, por exemplo, na assinatura do Tratado de Versalhes.

Dois anos antes, em 1922, Rodrigo Octávio já havia sido incumbido no IHGB de empreender o exame do Manifesto às Nações Amigas para o tomo especial da revista do Instituto em comemoração ao centenário da Independência. Neste, apontava que José Bonifácio conduzira o movimento revolucionário em direção à monarquia de modo a evitar a fragmentação do Brasil, transformando “os

revolucionários que visavam à república em americanistas que desejavam a libertação do jugo português” (OCTÁVIO 1922).

Portanto, é nessa interpretação da preservação da integridade territorial através da inserção continental, que Rodrigo Octávio articulava o texto de 1924, apontando, por meio da documentação arquivada no IHGB, que a aceitação do Manifesto pelo Estados Unidos fora invocada por Rebello como princípio da argumentação apresentada àquele país. Por conta disto, o Reconhecimento se explicaria como parte de uma política de solidariedade pan-americana de longa consequência, pois havia quebrado a ideia estadunidense de uniformidade política no Continente e, por conta do Brasil compreender o alcance desse movimento excepcional, se tornara, em reciprocidade, o primeiro país a reconhecer e aceitar a Doutrina Monroe. Portanto, a ligação entre os Estados Unidos e o Brasil deveria ser considerada no *continuum* desses reconhecimentos (OCTÁVIO 1924).

Antes disso, em 1923, Rodrigo Octávio já havia apontado que compreendia a Doutrina Monroe como a afirmação de uma ideia que visava “afastar das Américas as lutas ferozes e sanguinárias da ambição europeia”, que possuía então um apelo tão forte para os países sul-americanos, quanto o tivera no século XIX. Implicitamente e, numa ilação que teria grandes ressonâncias num futuro próximo, Rodrigo Octávio coloca que Rio Branco conhecia esses nexos, na medida em que a documentação de Rebello formara a base do seu famoso artigo “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo” (OCTÁVIO 1924b). Foi justamente como base nessa ilação que, durante a Guerra Fria, os historiadores Álvaro Lins e Edward Bradford Burns transformariam, por meio da tese da Aliança não-escrita, o Rio Branco pan-americano de Rodrigo Octávio, no Rio Branco americanófilo (PEIXOTO 2011).

58

Por conseguinte, foi a partir das ideias desenvolvidas desde 1922 por Rodrigo Octávio que Gusmão emergiria em 1926 como um precedente a ser resgatado (OCTÁVIO 1926), exatamente no contexto dos insucessos do Brasil nas discussões sobre os armamentos navais durante a Conferência Pan-americana de 1923, e diante dos seguidos malogros das tentativas de se conseguir um assento permanente para o Brasil na Liga das Nações. Cabe ressaltar que esses reveses resultaram no isolamento brasileiro tanto em relação à Argentina quanto aos Estados Unidos, o que levaria o Governo Washington Luis a ter de empreender, a partir de 1927, uma política sustentada de reaproximação com todos esses países (GARCIA 2003).

Seria, pois, em agradecimento ao esforço de Rodolfo Rivarola pelo esforço de reaproximar a Argentina do Brasil e, na contramão da publicação de várias obras sobre as Guerras Platinas no Brasil, que Rodrigo Octávio procuraria construir a imagem do Brasil como um país eminentemente pacífico, afirmando que as guerras do séc. XIX haviam sido conflitos herdados, consequências da animosidade entre Portugal e Espanha, de cujos efeitos deletérios os dois governos deviam se libertar, mirando, para isto, na lição oferecida por Gusmão. Ainda que o Tratado de Madri logo fosse revogado, Gusmão havia criado um precedente, a tentativa de resolver definitivamente todas as questões que pudessem vir a ameaçar a paz, apontando-se, assim, a possibilidade de confraternização sul-americana (OCTÁVIO 1926).

Contudo, o Gusmão de Rodrigo Octávio somente começaria a ganhar as suas formas definitivas em 1928, após as comemorações do primeiro centenário do Tratado de Paz com a Argentina quando o revisionismo do contencioso ganharia forma no modelo da tese apresentada por Emílio Fernandes de Sousa Docca ao Primeiro Congresso de História Nacional do Uruguai, onde sustentou que o Brasil lutara para defender a independência do Uruguai (DOCCA 1929). Os revisionistas conseguiram também se impor na votação encetada ao término do mesmo Congresso, aprovando a instrução para que o Brasil, a Argentina e o Uruguai procedessem à revisão dos seus textos de História, alterando ou retirando os tópicos que incitassem à discórdia entre esses países e seus nacionais (PEIXOTO 2014a).

Assim, no livro *As Convenções de Paz de 1827 e 1828*, inspirado pela frase de Rivarola "Tudo quanto estimule uma desconfiança, ou suscite um receio, está fora da realidade e deve ser posto de lado como se põe de lado um erro" (OCTÁVIO s/d), Rodrigo Octávio apontou que o Tratado de 1828 deveria ser saudado como o ato fundamental da cordialidade americana, porquanto nele se retomava a orientação de Gusmão no Tratado de Madri, que tinha sido afastada pelo preconceito das metrópoles coloniais.

Finalmente, numa palestra que foi publicada no Brasil depois de ter sido pronunciada em Paris e Roma, Rodrigo Octávio colocaria, pela primeira vez, a digressão sobre Gusmão no formato da Formação Territorial: no topo de uma série de acordos entre as Metrópoles, o Tratado de Madri explicava-se pela necessidade de dar conta da expansão proporcionada pelas Bandeiras e de se dirimirem todos os pontos de discórdia presentes e futuros. Gusmão havia, inclusive, tido o cuidado de estipular no artigo 21º do Tratado, que os conflitos das Metrópoles não deveriam ser trasladados da Europa para a América.

Em razão disso, Rodrigo Octávio argumentava que o Tratado de Madri constituía-se na verdadeira carta política da América Latina, obra de um visionário genial que estabeleceu os pressupostos não apenas da Doutrina Monroe, mas do pan-americanismo, o que colocava Gusmão como o inaugurador de uma galeria ilustre que incorporava os fundadores da nação estadunidense, José Bonifácio, Simón Bolívar e James Monroe. E fora, portanto, o laço da solidariedade pan-americana que levava os Estados Unidos a reconhecer nossa independência e guiara o Brasil à subsequente aceitação da Doutrina Monroe. Na República, os laços monroistas seriam renovados por Rodrigues Alves e justificados no artigo de Rio Branco, doravante apontado como o agente determinante para a continuação da política pan-americanista (OCTÁVIO 1930).

Calógeras e Gusmão

O revisionismo pan-americanista de Rodrigo Octávio se tornaria mais difundido a partir da sua articulação na obra *Formação Histórica do Brasil*, escrita em 1930 por João Pandiá Calógeras com o modelo fornecido pelos *Capítulos da História Colonial*, de Capistrano de Abreu. Calógeras reuniu as aulas de um curso para professores e estudantes de universidades estadunidenses em viagem de instrução ao Brasil, sintomaticamente ministrado na Escola de Estudos Brasileiros,

fundada sob os auspícios do IHGB em 1928. Note-se que Calógeras não objetivava apenas divulgar o Brasil para os visitantes estrangeiros, mas também “apagar desconfianças mal nascidas e ressentimentos infundados” (1930, p. 500).

Esse conteúdo se tornaria a base de boa parte das discussões no IHGB depois da decisão de passar a celebrar anualmente o Dia da América”, criado na conferência que aprovou a União Internacional das Repúblicas Americanas em 1930, especificamente por recomendação do representante brasileiro, e adotado como data oficial nos Estados Unidos e no Brasil em 1931. A decisão do IHGB, tomada sob a impressão da Guerra do Chaco e do Conflito de Letícia, incorporava também as preocupações do Primeiro Congresso de História Nacional do Uruguai, materializadas no Brasil pela assinatura, em 1933, do convênio com a Argentina para a revisão dos textos de História e de Geografia.

As discussões em torno das ideias de Rodrigo Octávio estimularam, por conseguinte, todo um regime de produção em que avulta a publicação de obras focadas no tema da Formação Territorial, desde a citada obra de Calógeras, passando pela 2ª edição aumentada da *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* de Basílio de Magalhães em 1935, pela publicação de *Fronteiras do Brasil Colonial* de José Carlos de Macedo Soares em 1939, chegando, finalmente, aos vários textos da enquete promovida por Cassiano em 1942.

É interessante observar que, para Rodrigo Octávio, Rio Branco retoma uma orientação cujas origens não se encontram na Monarquia, mas nas condições territoriais e morais da viabilização do Brasil enquanto nação, as quais teriam sido concebidas pelos seus fundadores, portanto, materializando um valor imanente a ser resguardado das injunções políticas e dos partidarismos. E mais, Rio Branco teria resgatado a importância de Gusmão para a história e introduzido o culto sua memória no Itamaraty, por meio de várias ações, todas elas ligadas à Questão do Amapá (OCTÁVIO 1930). Note-se que a Exposição sobre a Questão do Amapá é exatamente a obra trabalhada por Cortesão no exórdio da lição de 1948, na louvação à vitória contundente de Rio Branco sobre Paul Vidal de La Blache e o imperialismo francês.

60

A carta de 1948

Penso que a chave do problema das referências ao imperialismo na obra de Cortesão deve ser buscada na sedimentação de certas questões que encadeavam Rio Branco a Rui Barbosa na visão dos diplomatas, sobretudo seu desacerto em torno da Questão do Acre, de resto uma explanação que aqui deve ser colocada de modo bastante sucinto: as acusações de expansionismo e imperialismo à atuação de Rio Branco atravessaram toda a discussão da incorporação do Acre e se tornaram a grande pecha lançada em 1904 contra ele no embate com Rui Barbosa. Essas acusações seriam contra-argumentadas na discussão feita na Câmara dos Deputados exatamente por Calógeras, então deputado federal, a partir do apontamento de que a disputa em torno da Questão do Acre deveria ser vencida no Parlamento não apenas pela “força do número de votos”, mas pela prova da razão, devendo ser explicada como um longo processo “à luz de nossa formação histórica” (CALÓGERAS *apud* ANDRADE 1953, p. 175).

Seria, portanto, a partir das dificuldades trazidas pela Questão do Acre que o próprio Rio Branco e seus auxiliares, Calógeras, Euclides da Cunha e Arthur Guimarães de Araujo Jorge, reativariam as discussões a respeito de Gusmão e do Tratado de Madri, que haviam sido dirigidas pelo Visconde de São Leopoldo e levadas a cabo entre 1837 e 1841, no âmbito da Secretária dos Negócios Estrangeiros e do IHGB. No caso, além de se republicar parte destas discussões em 1905, se aproveitou a oportunidade para lembrar a redescoberta do Mapa das Cortes por Rio Branco durante a Questão de Palmas e explicitar a inserção de Gusmão na história corporativa, discernido como o “avô dos diplomatas brasileiros” (JORGE 1916), descortinando, assim, uma nova *especialização* (PEIXOTO 2014b), que articulava a Nação ao corpo diplomático (PEIXOTO 2011; 2005).

Contudo, o expansionismo e o imperialismo retornariam como espectros às discussões do Centenário, embaladas pelo revisionismo e pelo contexto da Segunda Guerra Mundial. No fecho do texto de 1943, elidido no Ponto XXII e na *História do Brasil nos velhos mapas*, Cortesão expõe, bem humorado, o problema que o levaria a opor Rio Branco ao “Águia de Haia”:

Num jantar de diplomatas, ouvimos nós, a um diplomata do Peru, pessoa de elevada cultura e espírito esta anedota que, dizia ele, ouvira na Argentina. Um dia a mãe de uma das netas do Barão surpreendera a menina a comer terra. Alarmada, a senhora repreendeu a criança procurando representarlhe os males que a estranha refeição podia acarretarlhe. Ao que a filha lépida contestou:
– Mamãe, mas o avozinho passou toda a vida a *comer terra*, e nunca lhe fez mal!

61

A preocupação com as acusações de expansionismo e imperialismo contra o Brasil reapareceriam em 1948, numa carta endereçada por Cortesão ao diretor do IRB, em que relatava os seus progressos de pesquisa e apontava que sua futura publicação modificaria a história do Brasil “nas suas relações com Portugal, a Espanha e os povos americanos de origem espanhola”, uma vez que Gusmão apareceria ali, “pela primeira vez à luz de provas irrefutáveis”, como o “construtor genial da nação brasileira, na sua política de fronteiras e, na consciência dessa obra, por títulos semelhantes aos dum Caxias ou dum Barão do Rio Branco” (CORTESÃO 1948b).

Nessa publicação, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, em vez de enxergar a gênese do pan-americanismo na feitura do Tratado, como os historiadores brasileiros haviam feito, explicaria que Gusmão apenas aceitara e favorecera a corrente histórica, aproveitando-se da miopia alheia para preparar o advento da pátria e “moldar o corpo do Brasil”; e ainda contrapunha ao lema monroísta “A América para os americanos”, o lema secreto e profético de Gusmão, o grande estadista que se antecipara ao futuro: “o Brasil para os brasileiros” (CORTESÃO 2001, p. 378).

Já no que tange à historiografia portuguesa, exemplificada na figura de Camilo Castelo Branco, Cortesão criticou o juízo que apontava Gusmão como o precursor e o influenciador do pensamento e da atuação do Marquês de Pombal,

atribuindo-o à paixão antipombalina, para justificar o pensamento e a obra de Gusmão enquanto predominantemente voltada para o Brasil, distinguindo no *Tratado de Madri* a sua obra-prima (CORTESÃO 2001).

Por conseguinte, não teria sido a historiografia portuguesa, mas a brasileira que tinha conseguido descortinar e realçar a interpretação de Gusmão e que o mérito disto cabia, exatamente, ao Barão do Rio Branco, a Araujo Jorge e a Rodrigo Octávio, ou seja à estirpe que articulou a *História da Formação Territorial* à corporação diplomática (CORTESÃO 2001).

É interessante observar que na carta de 1948 Cortesão dizia não buscar apenas equiparar Gusmão à Rio Branco, mas retrabalhar a *História da Formação Territorial*, sedimentando a ideia de que, a diplomacia brasileira, desde suas origens, trabalhava contra o imperialismo, provavelmente para deslocar o argumento daqueles que viam Rio Branco como um americanófilo. Contudo, o interesse maior de Cortesão era mesmo o de combater a leitura do Tratado de Madri feita pela historiografia argentina, chamada por ele de “propaganda nacionalista, revisionista e acintosamente deformadora da história”, já que nunca teria aceitado a perda do território de Palmas e que declarava o território dos Setes Povos como um problema em aberto (CORTESÃO 1948b).

Conclusão

62

Em 1943 Oswaldo Aranha louvou o esforço lusitano de “Ensinar o Brasil aos próprios brasileiros e conscientizá-los de sua nobilíssima ascendência portuguesa”. Na carta de 1948 Cortesão estabelecia, para o diretor do IRB, seu objetivo expresso, o de constituir Gusmão como “um estadista juntamente luso e brasileiro [...]. Um construtor genial da nação brasileira, na sua política de fronteiras, e, na consciência dessa obra” (CORTESÃO 1948b).

Se o intento de Cortesão logrou êxito e se nos últimos anos a colaboração lusitana para a constituição da brasilidade tem sido redimensionada e alargada, todas essas ideias não se tornariam tão aceitas exatamente por causa do caráter de invenção e de imaginação com que se procuram distingui-las, mas, talvez por conta de há muito, um “circuito de expressão” se tenha disponibilizado a recepcioná-las como tal – problema que podemos depreender da recepção à obra com que os portugueses residentes no Brasil se propuseram a comemorar o Centenário da Independência. O seu resenhador, ao conhecer a ideia da intencionalidade da descoberta do Brasil e de um “vasto plano nacional, metodicamente previsto e realizado” em Portugal, exclamou embevecido:

Eu prefiro acreditar que a minha Pátria foi descoberta pelo gênio que a sonhou, que a veio propositadamente procurar nas paragens mitológicas da Atlântida, que a pleiteou diplomaticamente em Tordesilhas com insistência, com bravura, com amor, a tê-la no mapa como a obra da ignorância, do milagre, do acaso, da inconsciência... (ROCHA 1921).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Rodrigo M. F. **Rio-Branco e Gastão da Cunha**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- BARROSO, Gustavo. Fronteiro-Mor do Império. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1942.
- BITTENCOURT, Leopoldo A. F. Quem escreveu e como escreveu acerca do Barão do Rio Branco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGBleiro, v. 187, p. 3-60, abr. 1945.
- CONFERÊNCIAS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1943.
- CORTESÃO, Armando. Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI. Lisboa: Edição "Seara nova", 1935.
- CORTESÃO, Jaime. [Correspondência] 29 dez. 1948b. Rio de Janeiro [para] SOUZA, L. C. **Carta a Lafayette de Carvalho e Souza**. BN - Seção de manuscritos - 30.1.001 n. 15.
- _____. Carta para a tipografia da Seara Nova em 25.IX.40(?) In: PEDROSA, A; CORTESÃO, J. **13 cartas do cativo e do exílio (1940)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987, p. 65.
- _____. Alexandre de Gusmão - o genial precursor do panamericanismo científico. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 10 maio 1942
- _____. **O Tratado de Madrid** - Tomo II. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001, 2 v.
- _____. **Rio Branco e Rui Barbosa**. BN - Seção de Manuscritos - 30.2.009 nº 18 - 9 p. , [s.d.]
- _____. Rio Branco e Rui Barbosa. In: _____. **História da formação territorial**, Ponto XXII. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1948a. Mimeo.
- _____. Rio Branco e Rui Barbosa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1943.
- _____. Rio Branco, Rui Barbosa e o Tratado de Petrópolis In: _____. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1971.
- DERRIDA, Jacques. Freud et la scène de l'écriture In: _____. **L'Écriture et la différence**. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- DOCCA, Emílio S. **A Convenção Preliminar de Paz de 1828**. São Paulo: Empresa Gráfica Rossetti, 1929.
- EÇA, Vicente A.; SANTARÉM, Manoel F.B.S. **Algumas cartas inéditas do visconde de Santarém**. Lisboa: Typographia Universal, 1906.
- FRANCHETTI, Paulo. Amar e servir o Brasil é a melhor forma de ser português - Apresentação de Jaime Cortesão. In: LEMOS, F.; LEITE, R. M. (orgs.). **A missão portuguesa rotas entrecruzadas**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 111-115.

- GARCIA, Eugênio. V. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 173-200, 2003.
- GUIMARÃES, Manoel L. L. S. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- GUYER, Paul. Perception and Understanding Schopenhauer, Reid and Kant. In: VANDENABEELE, B. (org.) **A companion to Schopenhauer**. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.
- HOPKINS, Burt C. Klein and Derrida on the Historicity of Meaning and the Meaning of Historicity in Husserl's Crisis-Texts. **Journal of the British Society for Phenomenology**, v. 36, n. 2, p. 179-187, 2005.
- _____. **The origin of the logic of symbolic mathematics Edmund Husserl and Jacob Klein**. Bloomington: Indiana University Press, 2011.
- HOWARD, Nigel. **Paradoxes of rationality: theory of metagames and political behavior**. Cambridge: MIT Press, 1971.
- JORGE, Arthur G. de A. **Alexandre de Gusmão: o avô dos diplomatas brasileiros (1695-1753)**. Ensaios de História e Crítica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 1-50.
- KATES, Joshua. **Essential history: Jacques Derrida and the development of deconstruction**. Evanston: Northwestern University Press, 2005.
- _____. **Fielding Derrida philosophy, literary criticism, history, and the work of deconstruction**. New York: Fordham University Press, 2008.
- LIRA, Augusto T. O monumento ao Barão do Rio Branco. Discurso do Dr. A. Tavares de Lira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 180, p. 229-238, jul. 1943.
- MACHADO, Mônica. S. Mesa Redonda: Geografia e História visões sobre o Brasil no mundo. **Investigaciones Geograficas**, n. 72, p. 172-177, 2010.
- MIRANDA, Luciana L. Um vôo entre Portugal e Brasil: leituras das relações luso-brasileiras na revista Seara Nova no início dos anos de 1920. **História**, São Paulo, v. 28, p. 483-508, 2009.
- MOSER, Robert. H. O contributo de Jaime Cortesão para a história da cartografia do Brasil. **Leituras - Revista da Biblioteca Nacional**, Lisboa, v. 6, n. 2, p. 237-26, 2000.
- NEUMANN, John von; MORGENSTERN, Oskar. **Theory of games and economic behavior**. Princeton: Princeton University Press, 1953.
- OCTÁVIO, Rodrigo et al. **O centenário da doutrina de Monroe**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1924b.
- OCTÁVIO, Rodrigo. **Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale**. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1930.

- _____. **As Convenções de Paz de 1827 e 1828**. Rio de Janeiro: Typographia do Anuario do Brasil, [s.d.].
- _____. Centenário do manifesto do príncipe D. Pedro às nações amigas (6 de agosto de 1922). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, O Anno da Independencia – Tomo Especial, p. 271-298, 1922.
- _____. O “brasílico” Alexandre de Gusmão, verdadeiro precursor do pan-americanismo. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1942.
- _____. O centenário do reconhecimento da independência do Império do Brasil pelos Estados Unidos da América do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 150, n. 96, p. 332-360, 1924.
- _____. Um discurso do Sr. Rodrigo Octávio, ao inaugurar-se o retrato de Rivarola. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 12 set. 1926.
- OLIVEIRA, Francisco. R. de. 2014. Jaime Cortesão no Itamaraty: os Cursos de História da Cartografia e da Formação Territorial do Brasil de 1944-1950, **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVIII, n. 463, 2014.
- PEIXOTO, Renato A. **A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. A Flecha e o Alvo - As origens, as transformações e a função do curso de História da Cartografia lecionado por Jaime Cortesão no Ministério das Relações Exteriores. **Antíteses**, v. 7, p. 184-209, 2014a.
- _____. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço**. Natal: EDUFRN, 2011.
- _____. Duas Palavras: Os Holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, p. 35-57, 2014b.
- REGO, José L. do. Um retrato do Barão. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 01 abr. 1942.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. São Paulo: EDUSP, 1970.
- ROCHA, P. da. Grande e nobre livro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º out. 1921.